

*Joaquim Murtinho, banqueiro: Notas sobre a experiência
do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902)*

*Joaquim Murtinho, banker: Notes on the experience of
Rio and Mato Grosso Bank (1891-1902)*

Paulo Roberto Cimó Queiroz

O Banco Rio e Mato Grosso,¹ primeiro estabelecimento de crédito a operar no antigo Mato Grosso, não foi ainda objeto específico de nenhum estudo. A historiografia especializada tem, de fato, ressaltado a carência de estudos sobre a história monetária e bancária, não apenas no Brasil como em toda a América Latina². Saes, por exemplo, observou que os estudos disponíveis “sugerem, de modo geral, que se privilegiou a pesquisa empírica, tendo em vista a dispersão das informações básicas”, de modo que “cada pesquisa tendeu a preocupar-se com temas e problemas peculiares” (Saes, 2001:5).

Este trabalho é parte de uma pesquisa desenvolvida, com bolsa do CNPq, no âmbito de um estágio de pós-doutoramento realizado na UFF. Foi apresentado, em uma primeira versão, no 8º Congresso Brasileiro de História Econômica / 9ª Conferência Internacional de História de Empresas, realizados em Campinas em set. 2009. O autor agradece o auxílio do Prof. Flávio Saes na interpretação dos balanços do banco, – assumindo, contudo, integral responsabilidade pelas conclusões aqui expostas.

Paulo Roberto Cimó Queiroz é professor associado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e estagiário de pós-doutorado pela Universidade Federal Fluminense, 2008-2009 (prcqueiroz@uol.com.br). Artigo recebido em 29 de dezembro de 2009 e aprovado para publicação em 8 de abril de 2010.

Com o presente texto, busco portanto superar pelo menos o contexto de “dispersão das informações básicas” com vistas a contribuir para “a elaboração de uma história monetária e bancária mais abrangente, que possa incorporar as diversas questões levantadas nas experiências estudadas” (Saes, *ibid.*). Ademais, para além da história bancária, busco contribuir para a compreensão da experiência do BRMT em suas relações com o processo de modernização e de crescimento econômico em Mato Grosso, visto que tal experiência situa-se precisamente em um período de *aggiornamento* (Singer, 1985:352), marcado pela emergência, no Brasil, do “paradigma moderno” (Herschmann & Pereira, 1994:10) e por uma “larga expansão das forças produtivas” (Prado Júnior, 1987:207). Procuro, finalmente, situar a experiência do BRMT no contexto dos jogos de poder no então estado de Mato Grosso.

O BRMT foi fundado com base em uma autorização concedida pelo Governo Provisório da República (Decreto nº 1.149, de 6.12.1890)³ e seus incorporadores foram Francisco Moreira da Fonseca, Francisco Murtinho e Francisco de Paula Mayrink. Constituído em assembleia no Rio de Janeiro, em janeiro de 1891, o banco operou regularmente até julho de 1902, quando entrou em processo de liquidação amigável. Sua presidência foi exercida por Joaquim Murtinho até setembro de 1896 e por Francisco Murtinho⁴ a partir de maio de 1897.

A respeito do contexto específico da fundação do banco, cabe lembrar que, ainda no regime monárquico, em meio à escassez de meios de pagamento e à crença de que “era necessário utilizar a rede bancária privada como agente supridor dos recursos monetários demandados pela economia”, intensificara-se a criação de bancos, o que levou a uma febril especulação com os papéis dessas instituições. A instauração da República sustou por um momento esse processo, mas logo em seguida o novo regime “aceitou continuar a política de empréstimos aos bancos particulares” (cf. Levy, 1977: 144-149).

O decreto 1.149 concedia ao BRMT preferência na obtenção dos “favores” (aí incluída a “cessão gratuita de terras”) assegurados aos “bancos regionais” pela legislação da época (Decreto nº 165, de 17.1.1890). Assim, já em dezembro de 1890 (antes, portanto, da efetiva constituição do banco), seus incorporadores assinaram com o governo federal um contrato pelo qual poderiam receber gratuitamente em Mato Grosso, para fins de colonização, 500 mil hectares de terras, divididos em dez glebas de 50 mil ha cada uma (R-1893)⁵.

Embora tenha atuado também na praça do Rio de Janeiro, onde ficava sua sede, o “fim principal” do banco era, desde o início, “operar em Mato Grosso” (cf. R-1892), onde manteve de fato uma “caixa filial” (na cidade de Corumbá) e uma agência (na capital, Cuiabá)⁶. Desse modo, o BRMT tem sido mencionado pela historiografia relativa a temas mato-grossenses/sul-mato-grossenses. Trata-se aí, contudo, de rápidas menções *en passant*, nas quais o banco tem sido lem-

brado apenas por suas relações com o importante ramo da extração de erva-mate, pelo fato de haver constituído, em setembro de 1891, a célebre Companhia Mate Laranjeira (CML). Essa companhia, que chegou a deter um autêntico monopólio sobre a exploração dos ervais nativos existentes no extremo sul do então estado de Mato Grosso,⁷ transformou-se em uma grande e potente empresa, que dispunha de sua própria infraestrutura de extração e comercialização, comandava milhares de trabalhadores e exerceu um papel dominante na economia ervateira sul-mato-grossense até a década de 1940. Desse modo, o banco ficou relegado praticamente à condição de uma espécie de nota de rodapé na história de sua criatura mais famosa.

Num estudo pioneiro sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, por exemplo, o BRMT é citado apenas na seguinte passagem: “Os ervais do Sul mato-grossense [...] tiveram sua exploração monopolizada pela Companhia Mate Laranjeira, ligada ao Banco Rio e Mato Grosso, de existência transitória, numa experiência que configurou, pela vez primeira, a interferência clara do capital financeiro na produção regional” (Alves, 1984: 30-31; ver referências semelhantes em Borges, 2001: 128 e Arruda, 1997: 33). Outros estudos relevantes, inclusive sobre Corumbá, sequer se referem ao banco (cf. Corrêa, 1999; Ito, 2000; Souza, 2008). Zephyr Frank, enfim, chega a inverter, por lapso, as habituais referências, ao situar o BRMT como “*a holding company set up by the Mate Laranjeira Company*” (Frank, 1999: 85).

Menções um pouco mais extensas, embora ainda de passagem, encontram-se em dois trabalhos relativos a Joaquim Murtinho: a biografia escrita por Virgílio Corrêa Filho (1951) e o livro de Fernando Faria (1993). A primeira, de sentido predominantemente elogioso, situa o BRMT como um empreendimento “fecundo em consequências econômicas” (Corrêa Filho, 1951: 50). Já em Faria, as referências a Murtinho e ao banco são essencialmente negativas. Lançando mão do conceito de “privatização do Estado”, o autor enfatiza acima de tudo a aparente disposição, por parte da família Murtinho e de seus aliados, de dominarem completamente a economia e a política mato-grossenses, por meios espúrios e mesmo violentos, com o único objetivo de se locupletarem de poder e riquezas (cf. Faria, 1993: *passim.*). Reservo-me para discutir adiante, com mais profundidade, tais relevantes questões. Por ora, passo a expor, brevemente, a trajetória do banco.

A trajetória do BRMT

Segundo os estatutos, o capital do banco seria de 20 mil contos, em 100 mil ações de 200\$000 (cf. Ata da assembleia de constituição, 29.1.91). Entretanto, em face da dura realidade da praça do Rio, no rescaldo do Encilhamento, deci-

diu-se reduzir a seis mil contos o capital a ser efetivamente realizado (cf. Ata da assembleia extraordinária de 14.1.1892). O BRMT era considerado, por seu próprio presidente, um banco “pequeno” (R-1901) e, de fato, seu capital realizado estava, em 1891, abaixo da média (7,4 mil contos) do conjunto dos “bancos e casas bancárias” do Rio de Janeiro (cf. Levy, 1977: 164). Esse capital era, contudo, equivalente ao de dois importantes bancos paulistas da mesma época, a saber, o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco de São Paulo, ambos com um capital realizado de 5 mil contos (cf. Saes, 1986: 153-154).

Segundo um conceito que pertence, por assim dizer, ao senso comum historiográfico sobre Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, o BRMT seria o “banco dos Murtinho” (cf. a frase de Nícia V. Luz, 1980: 26). Contudo, na lista dos subscritores das então 100 mil ações do banco, em janeiro de 1891, aparecem nada menos que 155 nomes, entre pessoas físicas e jurídicas. De todo modo, como mostra a Tabela 1, os dez maiores subscritores detinham 37% do total das ações (cf. lista in Arquivo Nacional – Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, livro 54, registro 1.333)⁸.

Tabela 1 – Banco Rio e Mato Grosso: 10 maiores subscritores de ações (jan. 1891)

Nº de ordem	Subscritor	Nº de ações	% do total
1	Primo Augusto Teixeira Pinho	8.375	8,4
2	Francisco Mayrink	7.050	7,1
3	Banco Brasil e Norte América	4.000	4,0
4	Banco de Crédito Real do Brasil	4.000	4,0
5	Luís de Faro Oliveira	3.000	3,0
6	Barão do Alto Mearim	3.000	3,0
7	Banco Construtor do Brasil	2.500	2,5
8	Th. Carlos e [Família]	2.000	2,0
9	Manoel T. Silva Cotta	1.500	1,5
10	Rodolpho [ou Adolpho] Abreu	1.500	1,5
	Total	36.925	37,0

Fonte: AN – Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, livro 54, reg. 1.333.

Entre os subscritores encontram-se vários outros bancos, além dos incluídos na tabela acima: o Banco dos Comerciantes (1.000 ações), Agrícola do Brasil (1.000), Colonial do Brasil (1.000), Luso Brasileiro (1.000) e Itália Brasile (250). A lista revela ainda a forte presença de vários outros capitalistas da praça do Rio de Janeiro. Além dos que constam na tabela, aparecem, por exemplo, J.

Modesto Leal (500 ações) e vários integrantes das famílias Braga, Zenha, Fonseca etc.

Joaquim e Francisco Murtinho aparecem, por sua vez, com uma subscrição abaixo da média: apenas 600 ações cada um. Pode-se certamente supor que ambos, ou outros membros de sua família, fossem também acionistas de algum ou alguns dos bancos subscritores. Mesmo assim, parece totalmente fora de questão a ideia de que “os Murtinho” fossem os “donos” do banco ou detivessem seu completo controle.

Eles tiveram, provavelmente, a ideia e a iniciativa da fundação do estabelecimento, além de terem sido responsáveis por sua alta administração. De fato, Joaquim Murtinho estava solidamente estabelecido no Rio de Janeiro, ainda no período imperial, como professor e sobretudo como médico. Entre seus pacientes, além de outras importantes figuras do mundo político nacional, estava o próprio Deodoro da Fonseca. Desse modo, ele detinha apreciável influência nos bastidores do Governo Provisório, tendo mesmo obtido para seu irmão Francisco uma das concessões incluídas no conhecido Decreto nº 862, de 16.10.1890⁹ (Corrêa Filho, 1951:50 e 53).

Os dois irmãos, contudo, não agiam sozinhos. Tanto na concessão do decreto 862 como na do BRMT, Francisco Murtinho aparece ao lado do célebre Francisco Mayrink, fundador do Banco Construtor do Brasil, “decano do mercado” do Rio de Janeiro e detentor de “preponderante influência” sobre o ministro Rui Barbosa (Carvalho, 2004:126, 131). Desse modo, o lançamento do BRMT parece haver sido mais um dos vários negócios comandados por Mayrink nesse período. De fato, a lista dos subscritores mostra que Mayrink ali aparece por si próprio (7.050 ações) e por instituições e pessoas a ele notoriamente vinculadas, como o Banco Construtor do Brasil (2.500), o Banco de Crédito Real do Brasil (4.000), o barão do Alto Mearim (3.000 ações) e o visconde de Assis Martins (1.000), além do barão de Oliveira Castro e João da Matta Machado (500 ações cada um)¹⁰.

Na presente pesquisa não foi possível encontrar, até o momento, outras listas que relacionassem os acionistas ao número de ações que possuíam¹¹. Tudo que se tem é uma lista dos nomes dos acionistas presentes ou representados nas duas últimas assembleias do banco, em 10.7.1902 e 26.2.1903. Nelas aparecem ainda cerca de 60 nomes, destacando-se membros das famílias Oliveira Castro/Alvim (16 nomes), Moreira Fonseca/Luz (oito) e Zenha/Nogueira de Moraes (sete). Desse modo, parece possível dizer que a diretoria do banco efetivamente precisava, em razoável medida, prestar contas aos acionistas – cuja impaciência e temores, aliás, podem ser surpreendidos em vários momentos nas entrelinhas dos relatórios da diretoria, dos pareceres do conselho fiscal e das atas das assembleias gerais¹².

É certo que, pelo que indicam os dados constantes nos balanços, o BRMT desfrutou sempre de uma situação relativamente sólida, até mesmo no contexto da crise nacional da virada do século. Tais dados indicam, de fato, uma tendência de crescimento dos depósitos e uma confortável disponibilidade de caixa, e os próprios empréstimos, embora não mostrem desempenho excepcional, parecem haver-se recuperado mesmo em meio à crise (cf. os balanços na série de relatórios de 1891 a 1901). Por outro lado, o banco jamais se caracterizou como uma instituição especialmente lucrativa (cf. Tabela 2). Ao contrário, sua rentabilidade apresenta uma clara tendência declinante, antes mesmo do agravamento da situação econômico-financeira do país no final do século XIX – o que certamente ajuda a compreender a aparente indisposição de parte dos acionistas.

Tabela 2 – BRMT e dois bancos paulistas: rentabilidade média

Instituição	Período	Médias anuais (%)	
		Dividendos	Lucros líquidos
Banco Rio e Mato Grosso	1891-1901	5,7	6,4
Banco do Com. e Ind. de São Paulo	1894-1901	26,1	22,2
Banco de São Paulo	1895-1898	15,9	11,7

Fontes: para o BRMT, relatórios apresentados às assembleias; para os demais, Saes, 1986:153-154.

No essencial, a ação do banco não parece haver-se dado na esfera da concessão de crédito. Ao contrário, o BRMT parecia constituir uma espécie de *holding* empenhada em outras atividades além daquelas propriamente ligadas à intermediação financeira, tanto que os próprios relatórios afirmam, reiteradamente, que as “operações industriais” constituíam a parte mais importante de suas atividades.

Na verdade, a julgar pelos documentos, o banco viveu, no que concerne às operações na praça do Rio, em estado de constante “retração”, em decorrência das crises econômicas e políticas de âmbito nacional (cf., p. ex., R-1892). É também constante o registro do descompasso entre as operações comerciais (desenvolvidas sobretudo no Rio) e as industriais (localizadas sobretudo em Mato Grosso). As primeiras, dizia Joaquim Murтинho em 1895, eram feitas “com a máxima prudência e mesmo com certo retraimento”; “em compensação, as operações industriais alargaram-se e tendem a desenvolver-se cada vez mais” (R-1895).

Na crise bancária de 1900, o BRMT parece haver-se colocado inicialmente em situação relativamente confortável: “conseguimos atravessar a crise”, diz o relatório, “fazendo sempre com pontualidade os nossos pagamentos”

(R-1901). Mesmo assim, o banco havia sido “sensivelmente” afetado pelos efeitos da crise, tendo sido reduzido, pela primeira vez, o valor dos dividendos (R-1901). Já no ano seguinte, a situação do banco se teria tornado bem mais dramática, com o que se delineava o sombrio quadro que, logo em seguida, iria justificar a liquidação: “Os perniciosos efeitos da crise bancária de 1900 [...] vieram modificar seriamente as boas condições de segurança e solvabilidade que acompanhavam em grande parte as nossas transações, ocasionando-nos com isso prejuízos verificados em não pequena monta” (R-1902).

Em Mato Grosso, o banco realizou operações comerciais por meio da caixa filial de Corumbá e da agência de Cuiabá – aliás, dirigida, até 1899, pelo conhecido líder político mato-grossense Pedro Celestino Corrêa da Costa. Pelo que se deduz dos relatórios, foi crescente, ao longo dos anos, o volume dessas operações, embora elas não pareçam ter sido jamais significativas no conjunto das atividades da instituição, em termos de produção de lucros.

Menciona-se regularmente a participação do banco no comércio exterior mato-grossense: “praças estrangeiras que têm negócios diretos com as de Mato Grosso”, diz-se em 1896, estavam “recorrendo ao Banco e por somas não pequenas, para realizar os respectivos embolsos e pagamentos” (R-1896). Mais para o fim do século, as transações em Mato Grosso aparecem como uma forma de compensar a queda nos negócios na praça do Rio de Janeiro. A diretoria resolve mesmo ampliar os recursos à disposição da caixa filial, e desde então o banco passaria a emitir por essa caixa “vales-ouro” para os pagamentos da tarifa em ouro sobre as mercadorias importadas (R-1899).

O BRMT interessou-se também, em Mato Grosso, pelo ramo da exploração da borracha.¹³ A julgar, contudo, pelo que dizem os relatórios, as relações do banco com esse ramo constituíram uma longa série de fracassos. No correr dos anos, os documentos denotam uma certa impaciência dos acionistas, à qual a diretoria, frequentemente auxiliada pelo conselho fiscal, responde com evasivas e palavras tranquilizadoras (cf., por exemplo, o modo como Joaquim Murtinho se refere ao tema in R-1895). E quando, entre 1900 e 1901, as perspectivas pareciam finalmente alvissareiras, elas foram destruídas pela irrupção de violentos conflitos políticos “nas localidades que estão em correspondência com a zona seringueira”, do que decorreria a falta de pessoal e “outros não pequenos prejuízos que a perturbação da ordem pública ocasiona” (R-1902). Desse modo, o banco entrou em liquidação sem haver chegado a beneficiar-se da exploração seringueira (cf. o relatório dos liquidantes, 1903).

Muito maior êxito obteve o banco, como foi dito, no ramo ervateiro. A exploração dos ervais do antigo sul de Mato Grosso teve início após a abertura da navegação brasileira pelo rio Paraguai, que representava uma fácil via de acesso ao principal mercado consumidor da erva-mate, a Argentina. Desde o início,

essa atividade caracterizou-se por uma estreita vinculação entre as esferas pública e privada (Arruda, 1997). Como os ervais situavam-se em terras devolutas, o interessado dependia de autorização governamental para explorá-los, o que era feito por meio de arrendamentos por prazo determinado. Na década de 1870, começou a destacar-se nesse cenário um empresário chamado Tomás Laranjeira. Graças a suas relações de amizade com os dirigentes provinciais/estaduais, Laranjeira obteve sucessivas concessões, num processo que culminou, já em 1890, na obtenção de direitos exclusivos sobre uma vastíssima área, que abrangia quase toda a região ervateira do estado (Decreto nº 520, de 23.6.1890).

No ano seguinte, Laranjeira obteve também autorização para organizar, sob a denominação de Companhia Mate Laranjeira, uma sociedade anônima que teria como principal finalidade explorar sua concessão (cf. Decreto nº 436C, de 4.7.1891). Essa companhia foi efetivamente constituída em setembro de 1891, sendo que, das 15.000 ações em que se distribuía seu capital (três mil contos de réis), 14.540 foram subscritas pelo BRMT (cf. Arquivo Nacional – Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, livro 62, reg. 1565).¹⁴ Desde então, os relatórios do BRMT consignam invariavelmente, a cada ano, os bons resultados financeiros da empresa e os grandes benefícios que daí resultavam para os acionistas do banco.

O “Porto Murтинho” e o amplo plano do BRMT no antigo sul de Mato Grosso

O exame da documentação sugere que a ação do BRMT em Mato Grosso correspondeu a um amplo plano, centrado no estabelecimento de um novo porto no médio Paraguai. De fato, o banco possuía, conforme já referido, uma concessão para a fundação de núcleos coloniais. Além disso, o contrato da CML com o governo exigia que a empresa, que efetuava suas operações comerciais pelo porto paraguaio de Concepción, passasse a efetuá-las por um porto situado em território mato-grossense (Corrêa Filho, 1925:20). Desse modo, Joaquim Murтинho e seus colaboradores (dentre os quais se destacou o engenheiro e político mato-grossense Antônio Corrêa da Costa¹⁵) deliberaram estabelecer no rio Paraguai um porto que, além de servir à exportação da erva e à montagem dos núcleos coloniais, pudesse tornar-se o entreposto do comércio de todo o extremo sul do estado (cf. ofício à presidência de Mato Grosso em 13.11.1894, in R-1895).

Embora se deva admitir que tal plano incluísse, no estilo daquele tempo, uma boa dose de simples retórica, parece inegável que, na época e condições em que foi formulado, esse projeto era bastante plausível. O extremo sul de Mato Grosso se constituía, especialmente após o final da guerra com o Paraguai, em uma típica frente de expansão, recebendo migrantes provenientes de outras provínci-

as/estados (Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul) e da República do Paraguai, os quais, além de se empregarem na extração ervateira, dedicavam-se à pecuária bovina. Para esses novos habitantes, o rio Paraguai constituía uma óbvia via de comércio. Até então, contudo, o único porto brasileiro nesse rio, habilitado para o comércio de importação e exportação, era o de Corumbá, situado em posição excêntrica e a enorme distância dessas zonas pastoris e ervateiras. Desse modo, os habitantes dessa região realizavam suas transações, em grande parte sob a forma de contrabando, com o referido porto de Concepción.

Nesse contexto, a argumentação em favor de um novo porto era verdadeiramente irrefutável: ele favoreceria a exportação de erva-mate, o povoamento, o abastecimento e o comércio em geral dos habitantes do sul e, ao atrair a corrente comercial dirigida a Concepción, ampliaria as rendas da União e do estado. Para o banco, os benefícios viriam sobretudo sob a forma da valorização de suas terras, tanto as dos núcleos coloniais como outras por ele adquiridas no mesmo local. Desse modo, pode-se talvez dizer que a ação do BRMT correspondeu a uma primeira tentativa de implantar, nessa região, uma autêntica “frente pioneira” (cf. Martins, 1971).

Uma vez que nas margens do rio Paraguai, na região em foco, “os terrenos devolutos são todos alagadiços na estação das águas”, o banco começou por adquirir, em julho de 1892, o único local considerado adequado para a fundação do porto: uma fazenda chamada Três Barras, com 4,3 mil ha (R-1893). Para efeito da “cessão gratuita” prevista no contrato referente aos núcleos coloniais, o banco escolheu terras contíguas à fazenda. Do porto para o interior, em direção aos ervais, a CML cuidou de abrir uma estrada, que deveria constituir um importante elemento de integração dos planos: além de oferecer uma “saída franca” para os futuros produtos dos núcleos coloniais (R-1893), ela valorizaria as terras do banco e constituiria o primeiro passo da pretendida transformação do porto em um grande entreposto.

Foi logo demarcada a área do primeiro núcleo colonial, com 50 mil ha (R-1894). O porto da antiga fazenda passou a ser denominado, pelo banco, “Porto Murtinho”, e ali já estavam “prontas e funcionando”, em 1894, “todas as construções e obras” destinadas à CML, isto é, as instalações do porto, depósito, “ponte para trapiche”, guindastes etc. (R-1895). Ao mesmo tempo, o banco tomava providências para a habilitação legal de seu porto, visto que todo o projeto dependia da existência, ali, de uma “mesa de rendas alfandegada” (R-1895). O banco parecia tão ansioso pela instalação da mesa que, como meio de “abreviar” o processo, mandou construir um “edifício apropriado” à repartição e ofereceu-o “gratuitamente” ao governo federal (R-1895).

A instalação de tal mesa foi, contudo, um processo demorado, efetivado apenas em maio de 1898 (cf. R-1899) e em cujo curso aparecem os primeiros si-

nais de mudança nos planos. A ausência da mesa dificultava, segundo os relatórios, o cumprimento do prazo que o banco tinha para fundar o primeiro núcleo (R-1896).¹⁶ Assim, o banco terminou por obter do governo a novação de seu contrato. Pelas novas estipulações, assinadas em maio de 1898, o banco ficava dispensado da obrigação de colonizar a gleba de 50 mil ha já demarcada; ao mesmo tempo renunciava ao direito às outras nove glebas e a “todos os outros favores” originalmente previstos. Contudo, a título de “compensação dos gastos” já feitos com o “beneficiamento” daquela primeira gleba, o banco adquiria plena e incondicional propriedade sobre ela (R-1898).

A despeito de tal mudança, o banco mantinha, pelo que consta, o projeto de fundar ali não apenas um núcleo colonial, mas também uma nova cidade. Segundo dizia Francisco Murtinho, “anunciamos o aforamento dos lotes de terrenos da cidade que temos projetada. O sucesso foi promissor, pois já estão aforados muitos dos referidos lotes e a procura continua com certa animação” (R-1899). Mantinha-se igualmente o projeto de converter o Porto Murtinho em um polo comercial, conforme voltava a expor o presidente do banco no ensejo da efetiva instalação da mesa de rendas:

[a] Companhia Mate Laranjeira, que, por falta da Mesa de Rendias, tem demorado a sua mudança definitiva para aquele porto, naturalmente agora a fará, levando consigo importantes fatores de prosperidade para essa localidade. [...] os ricos municípios do sul de Mato Grosso, até hoje tributários forçados da República do Paraguai, [...] aproveitando a estrada aberta pela Companhia Mate Laranjeira, mudarão também para ali [...] toda a sua corrente comercial [...]. Com os poderosos elementos provenientes dessas duas mudanças, rapidamente se irá povoando o território adquirido pelo Banco e conseqüentemente aumentando o seu valor (R-1898).

Entretanto, os documentos do banco expressam, nos anos finais do século XIX, preocupações com a lucratividade de seus investimentos em Porto Murtinho, havendo indicações de que, até então, os gastos ainda superavam os lucros (cf., p. ex., R-1900). Além disso, as circunstâncias mostram claramente o fracasso do projeto do novo polo comercial. De fato, logo a diretoria constatava que, mesmo com a mesa de rendas, não seria tão fácil atrair o comércio para seu porto: a “corrente comercial emanada dos riquíssimos municípios do sul de Mato Grosso [...] infelizmente continua, senão completamente, ao menos em grande parte a ser desviada para a vila Concepción” (R-1901; idem em R-1902). Desse modo, as últimas esperanças de salvação do projeto eram depositadas em uma controvertida tentativa de impedir a continuação do comércio ilícito por

meio da repressão legal, nos termos de um convênio, assinado entre a União e o estado (cf. R. 1902), pelo qual se criava uma “guarda aduaneira”.¹⁷

O BRMT, a economia e a política do antigo Mato Grosso

Referindo-se à atuação empresarial de Joaquim Murtinho, seu biógrafo diz que, ao invés de simplesmente aventurar-se, “por atração ao ganho, em transações bolsistas”, ele “cuidaria de drenar boa porção dos recursos disponíveis de momento, gerados pela inflação, em benefício de sua terra natal” (Corrêa Filho, 1951:49). Fernando Faria, por outro lado, como já foi visto neste trabalho, prefere qualificar a ação dos Murtinho como “megaespeculação”, voltada a “monopolizar as concessões públicas e as oportunidades lucrativas” da economia mato-grossense (1993:213, 217).

A visão de Faria não é, por certo, propriamente equivocada. Zephyr Frank, por exemplo, assinala que oligarquias como a dos Murtinho “*ruled on account of their guile, brute force, and control of sources of political patronage and economic resources linked, frequently, to state-sanctioned monopolies*” (Frank, 1999:366; v. tb. Corrêa, 1995). É certo também que, como já foi apontado no início deste texto, surgia nessa época, no Brasil, um novo conjunto de “valores e modelos” (Herschmann & Pereira, 1994: 26). Com o advento da República, tem-se a “eclosão de um espírito que, se não era novo, se mantivera, no entanto, na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material” (Prado Júnior, 1987:208). Esse novo “espírito”, por sua vez, estimulou o protagonismo de “aventureiros e especuladores de última hora”, presas de um “arrivismo sôfrego e incontido” (Sevcenko, 1985:26).

Mas parece igualmente certo que esse “novo espírito dominante” estimularia “ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas” (Prado Júnior, 1987: 209). O próprio Sevcenko aponta, de fato, como “desfecho” do referido “processo de substituição das elites sociais”, a “consagração do progresso como o objetivo coletivo fundamental” (1985: 30). Enfim, com relação ao próprio Encilhamento, como já observou Maria Bárbara Levy, uma “reflexão menos apaixonada e mais científica” revela que ele “continha elementos positivos” e “acelerou o processo de formação de capital”, de modo que as empresas criadas na época não foram necessariamente simples “bolhas de sabão” (Levy, 1994: 141-142, 146). Desse modo, as descrições de Faria afiguram-se um tanto caricaturais, fundadas num viés moralista que não me parece o mais adequado à correta compreensão dos respectivos fenômenos.¹⁸

talismo em escala global, que estimulava, entre outras coisas, a instalação de infraestruturas destinadas “ao incremento das indústrias extrativas e ao beneficiamento de matérias-primas” – com o que se dotavam “as regiões de baixa ou nenhuma capitalização” com o “equipamento produtivo necessário para adaptar-se ao ritmo e ao volume da demanda” externa (1985: 44).

Nota-se, de fato, que o advento da República avivou o interesse empresarial pela economia mato-grossense. Entre 1891 e os anos iniciais do novo século registra-se a formação de várias empresas, fundadas no Rio de Janeiro, em Buenos Aires, em Montevideú, na Bélgica etc., voltadas ao ramo das charqueadas, aos negócios da borracha e à extração de minérios como ouro, diamantes e manganês (cf., p. ex., Queiroz, 1997: 41-43).

É certo que poucas dessas empresas efetivamente prosperaram. De todo modo, o caso do BRMT parece ser uma experiência particularmente bem-sucedida (no que concerne, pelo menos, à economia ervateira) de impulso econômico irradiado do Rio de Janeiro para o *hinterland*. De fato, parece não haver dúvidas de que a criação do banco permitiu que capitais fossem reunidos e em seguida aplicados, em boa parte, em atividades produtivas, sobretudo em Mato Grosso. Foi, efetivamente, com os capitais aportados pelo banco que a Companhia Mate Laranjeira pôde expandir sua infraestrutura e sua produção e, em seguida, seus lucros. Capitais foram efetivamente imobilizados em Porto Murtinho, na construção de uma infraestrutura que foi amplamente utilizada pela CML e pouco depois (1911) deu origem a um novo município. As rendas provenientes da economia ervateira, enfim, chegaram a ser muito significativas no conjunto da receita do estado, embora fossem relativamente baixos os valores cobrados da CML sobre o arrendamento dos ervais e a exportação do produto. Em outras palavras, parece possível concluir que o banco contribuiu para o crescimento econômico regional, por meio, sobretudo, da expansão das atividades exportadoras.

É necessário, evidentemente, discutir os conteúdos concretos desse tipo de “desenvolvimento”. Trata-se aqui da conhecida *modernização conservadora*, conforme aponta Ianni ao assinalar que, no processo estimulado pela abolição e pela república, “estava em marcha uma singular revolução pelo alto” (Ianni, 2004:23). Para Ianni, de fato, a economia brasileira, vista em ampla perspectiva histórica, “moderniza-se de modo mais ou menos contínuo, crescente”; entretanto, “a própria sociedade moderniza-se pouco. As relações sociais e políticas desenvolvem-se com dificuldade [...]. Além das heranças oligárquicas e patrimoniais, emergem os interesses dominantes aglutinados em diretrizes governamentais” (2004:109, 111).

Com relação especificamente ao caso mato-grossense, parecem-me especialmente valiosas as conclusões a que chegou Zephyr Frank, em sua pesquisa sobre as transformações ocorridas em Mato Grosso nesse período. Frank conclu-

iu que o desenvolvimento das atividades exportadoras, ao mesmo tempo em que proporcionou uma elevação da renda per capita mato-grossense a níveis bem acima da média brasileira, acentuou, de fato, as desigualdades: “*export-led growth contributes to higher levels of economic inequality*” (Frank, 1999: 304-305). Tal conclusão parece aplicar-se especialmente ao caso da economia ervateira. Com efeito, pode-se supor que, sem os capitais reunidos pelo banco, não teria sido possível que uma única empresa lograsse explorar, com eficiência, a vasta concessão obtida por Laranjeira. Desse modo, portanto, talvez a economia ervateira sul-mato-grossense pudesse ter-se encaminhado para um padrão semelhante ao que era então adotado nos estados do sul do país, onde a exploração era realizada por um grande número de pequenos proprietários.

A liquidação do BRMT

Para iniciar essa discussão, é preciso lembrar que, durante o período de existência do banco, ocorreu uma grave cisão entre os integrantes do grupo político que, desde 1891, estava no poder em Mato Grosso, isto é, o grupo que incluía, além dos Murtinho, lideranças como Generoso Ponce e os irmãos Antônio e Pedro Celestino Corrêa da Costa. Em 1898, Manuel Murtinho negou-se a apoiar o nome escolhido por Ponce para a presidência do estado. Ponce, contudo, insistiu em seu candidato e levou-o à vitória, em março de 1899.

Nos termos da “política dos governadores”, arquitetada pelo então presidente Campos Salles, deveria ter prevalecido o eleito de Ponce, já que este último detinha o controle da maior parte do Partido Republicano em Mato Grosso. Entretanto, Campos Salles preferiu, neste caso, prestigiar o irmão de seu ministro da Fazenda. Desse modo, as tropas federais em Mato Grosso permaneceram impassíveis enquanto, por meio de violenta pressão armada, os aliados reunidos por Manuel Murtinho forçaram a Assembleia Legislativa a convocar novas eleições – nas quais, como seria de esperar, foi “eleito” o candidato de Murtinho. Reagindo finalmente, por sua vez, às continuadas perseguições e violências praticadas pelos novos donos do poder, os poncistas desfecharam em 1901 uma revolta armada – a qual foi, contudo, violentamente sufocada pelas forças governamentais, formadas majoritariamente por tropas irregulares arregimentadas pelos “coronéis” situacionistas (cf. Corrêa Filho, 1933; Corrêa, 1995).

Como resultado desse processo, o estado, que havia conseguido liquidar toda a sua dívida e vinha registrando sucessivos e crescentes saldos orçamentários, viu suas finanças entrarem em rápido colapso. Para sustentar a repressão à revolta poncista, o governo recorreu a empréstimos e ao lançamento de apólices, de

tal modo que, em 1902, a dívida ascendia já a cerca de 2,6 mil contos de réis, enquanto a receita caía de 3,8 mil contos no mesmo ano a 1,6 mil em 1904 (cf. Mensagem¹⁹ do presidente do estado em 10.1.1903; Corrêa, 1995:89). O mesmo processo igualmente repercutiu sobre o BRMT. Em primeiro lugar, a ruptura política privou o banco de dois importantes colaboradores em Mato Grosso, os quais preferiram permanecer leais ao derrotado Ponce, os já citados irmãos Corrêa da Costa.²⁰ Além disso, os conflitos armados ocorridos em 1901 atingiram, com particular violência, o município de Diamantino, onde se situavam as bases de operação de muitas empresas de exploração da borracha, entre as quais aquela criada pelo banco.

Na historiografia mato-grossense/sul-mato-grossense encontra-se difusamente presente a ideia de que essa ruptura política teve um fundo econômico, isto é, a necessidade, por parte “dos Murtinhos”, de proteger as concessões da Companhia Mate Laranjeira – para o que era sempre necessário “ter gente na política e em posições de mando” (Menezes, 2007:93-94). Na verdade, contudo, até onde se sabe, nada indica que, antes da ruptura de 1899, os interesses econômicos “dos Murtinho” estivessem sob ameaça. Ao contrário, o que se percebe é que pelo menos os Murtinho e os Corrêa da Costa estavam juntos e felizes, no poder e no banco. A historiografia, aliás, não costuma realçar a presença dos Corrêa da Costa no BRMT, o que pode ser interpretado como um sinal de sua dificuldade (sobretudo no que concerne à historiografia “tradicional”, que mais se ocupou de temas da história política) em admitir que as disputas políticas internas tiveram, como mostrou Frank, um grande peso negativo na trajetória econômica de Mato Grosso:

the most frequently adduced factors in frontier underdevelopment – imperialism, dependency, and a failed transition to capitalism – while important, were not primary causes for Mato Grosso’s failure to develop economically [...]. The roots of underdevelopment in Mato Grosso were, instead, geographical, cultural, administrative, and political – that is, endogenous factors (Frank, 1999:435).

Em outras palavras, o que é preciso explicar neste caso, a meu ver, não é a necessidade “da Companhia” ter amigos poderosos (isso é evidente), mas sim o contrário, isto é: por que “a Companhia” (na verdade, o banco) perdeu em 1899 parte desses amigos, que estavam com ela desde o começo.

O fato de os Corrêa da Costa só se terem afastado do BRMT após o agravamento do confronto entre Ponce e Manuel Murtinho, em 1899, parece sugerir a hipótese de que a gênese dessa ruptura não é econômica, mas essencialmente política. De fato, a julgar pela unânime avaliação da historiografia, Manuel Mur-

tinho não se considerava “abaixo” de Ponce, e certamente viu na ascensão do irmão Joaquim ao ministério de Campos Salles a oportunidade de disputar a primazia do mando em Mato Grosso. As atitudes de Ponce, por sua vez, contribuíram para o desenrolar da disputa: inebriado com o próprio prestígio, Ponce começara a abusar de sua liderança, numa atitude fortemente personalista (Corrêa Filho, 1933:46-47; Menezes, 2007:54). O que se desenha aí, portanto, parece ser em grande parte uma disputa de egos, um confronto entre o extremo personalismo de Generoso Ponce e a fria ambição de Manuel Murtinho.²¹

Feitas estas considerações, pode-se agora voltar ao tema da liquidação do BRMT. A esse respeito, a historiografia veicula uma versão segundo a qual essa liquidação teria sido um processo “fraudulento” (v., p. ex., Corrêa Filho, 1925: 41-42; Faria, 1993: 225-229). Tal versão – formulada e difundida, ainda em 1902, pelo próprio Antônio Corrêa da Costa, ex-superintendente industrial do banco em Mato Grosso, e por Generoso Ponce, então senador – sustenta que as ações do banco haviam sido deliberadamente conduzidas à desvalorização por meio de manobras das diretorias da CML e do banco (ambas presididas por Francisco Murtinho).

Penso, contudo, que essa explicação não pode ser acolhida sem maior exame e discussão, pois foi produzida num contexto de violenta luta política. De fato, Corrêa da Costa podia ter sido, até 1899, um importante funcionário do BRMT; já em 1902, contudo, era um feroz adversário do grupo em que haviam ficado os Murtinho. Seu próprio grupo havia sofrido, tanto antes como depois da tentativa de revolta em 1901, inúmeras violências, praticadas ou sustentadas, direta ou indiretamente, pelos mesmos Murtinho. Além disso, penso que devemos sempre colocar sob suspeição toda explicação, em História, que envolva raciocínios de tipo “conspiratório”. Como já foi visto, não parece possível dizer que “os Murtinho” detinham total controle do BRMT, de modo que, para além do aspecto em si nebuloso das supostas manobras de diretoria, parece duvidoso que tais manobras fossem capazes de iludir experimentadas figuras do meio financeiro do Rio de Janeiro.

Assim, caso se rejeite ou pelo menos suspenda a ideia de uma conspiração, pode-se dizer que os dados do último relatório da diretoria do banco – somados, ademais, ao já referido histórico de baixa rentabilidade da instituição – eram efetivamente desanimadores: 1) depois de anos de espera pela mesa de rendas de Porto Murtinho, descobre-se que ela não atrairia tão “naturalmente” as correntes de comércio, e seu êxito ficava na dependência de uma “fiscalização” que não poderia ser senão inócua, como podia concluir qualquer pessoa que tivesse uma mínima noção da enorme porosidade das fronteiras secas do extremo sul do estado; 2) depois de anos de espera pelos lucros da borracha, fatores “extraordinários” desmanchavam, de um golpe, toda a estrutura montada; 3) a própria CML,

embora em boa situação, lucrava menos, devido sobretudo à alta cambial, enquanto no Rio a situação da praça, que nunca fora boa, ficava pior.

Vistas as coisas por esse ângulo, talvez não se possa considerar despropositada a decisão dos acionistas – os quais, em face do sombrio relatório de 1902, aprovaram a realização de um estudo “sobre a conveniência ou não de entrar o Banco em liquidação amigável” (Ata da assembleia geral ordinária, 31.5.1902). As análises então realizadas parecem mostrar duas coisas: as elevadas expectativas com os lucros da borracha e o temor da instabilidade política em Mato Grosso. De fato, o referido estudo, apresentado em julho de 1902, dizia expressamente que, para compensar as reduções no ativo comercial, decorrentes da crise bancária, contava-se “com os recursos extraordinários que deviam produzir os novos empreendimentos industriais, montados em grande escala no Estado de Mato Grosso” – o que, porém, fora frustrado pela “revolução” ocorrida nesse estado. Enfatizando, assim, tanto as “condições desfavoráveis” da praça do Rio como a “situação de luta intensa em que se acham atualmente os partidos políticos em Mato Grosso”, os autores concluem, dirigindo-se aos acionistas, que seria “duvidoso prosseguir nas operações do banco sem arriscar totalmente a sorte do vosso capital”. A liquidação amigável era, portanto, a solução recomendada, uma vez que o banco achava-se “em situação de pagar integralmente aos seus credores” (Ata da assembleia geral extraordinária em 10.7.1902).

Conclusão

Ao que tudo indica, a ação do BRMT em Mato Grosso correspondeu a um amplo plano que, embora incluindo e integrando a exploração ervateira, ia além dela. Embora apenas parcialmente exitosa, essa ação contribuiu para o crescimento econômico regional, tendo representado uma notável experiência de impulso econômico irradiado do Rio de Janeiro para o *hinterland* nacional. No entanto, na medida em que se resumiu, ao fim e ao cabo, à esfera das atividades primário-exportadoras, esse crescimento foi caracteristicamente excludente: implicou em maior desigualdade, gerou novos latifúndios, propiciou acumulação de capital fora da região etc.

A trajetória do BRMT parece mostrar, enfim, o quanto as atividades econômicas, em Mato Grosso, podiam ser afetadas pelas disputas internas pelo poder. De fato, o banco não parecia estar necessariamente “fadado a soçobrar” (expressão de Corrêa Filho, 1951:50), nem em função da crise bancária de 1900 nem, muito menos, por haver sido um produto do Encilhamento. Desse modo, a violenta ruptura do equilíbrio de poder naquele estado pode ter sido determinante na própria decisão acerca da liquidação do estabelecimento.

Notas

1. Aqui designado, por comodidade, pela sigla BRMT.

2. Como apontou Carlos Marichal, “en la mayoría de las historias económicas generales” prestava-se “poca atención al papel de los bancos en la evolución económica a largo plazo” (2002: 47).

3. Toda a legislação referida neste trabalho pode ser consultada em www2.camara.gov.br/legislacao.

4. Os irmãos Murtinho (Manuel, Joaquim e Francisco) eram naturais de Cuiabá, de onde saíram ainda jovens para estabelecerem-se, de modo praticamente definitivo, no Rio de Janeiro (embora os dois primeiros, sobretudo, mantivessem estreitos vínculos políticos com o estado natal).

5. Para simplificar a redação, os relatórios apresentados pela diretoria do banco às assembleias de acionistas são aqui designados pela letra R seguida do ano em que se realizou a assembleia (ficando claro, portanto, que um relatório assim designado se refere às atividades do ano anterior).

6. Antes da abertura do rio Paraguai à navegação brasileira (1856), Cuiabá era o principal polo comercial da então província de Mato Grosso. Após 1856, essa função foi sendo gradativamente assumida por Corumbá (estrategicamente situada às margens daquele rio), onde tenderam a concentrar-se as casas comerciais que efetuavam o comércio de importação e exportação (v. Figura 1).

7. Como se sabe, a porção meridional do antigo Mato Grosso, onde se situavam os ervais, foi transformada, em 1977, no atual estado de Mato Grosso do Sul.

8. É preciso notar que, nesse documento, muitos nomes aparecem total ou parcial-

mente ilegíveis, uma vez que a lista foi preenchida pelos próprios subscritores, os quais, em alguns casos, no lugar dos nomes apuseram simplesmente suas assinaturas.

9. Concedia-se “ao engenheiro Francisco Murtinho e ao Banco Construtor do Brasil” uma ferrovia que, partindo de Catalão (Goiás) e passando por Cuiabá, terminaria na fronteira de Mato Grosso com a Bolívia (art. 4º).

10. A respeito do “vasto grupo de associados” de Mayrink, ver Carvalho, 2004:126.

11. Essas listas não se encontram nos relatórios do banco nem entre os demais documentos existentes no fundo da Junta Comercial. O fundo da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional), por sua vez, não possui quaisquer documentos do BRMT.

12. Na Assembleia de 1894, por exemplo, um acionista chegou a questionar abertamente a diretoria a respeito de um *deficit* verificado na caixa filial de Corumbá (cf. Ata da Assembleia de 29.5.1894), e no ano seguinte o conselho fiscal julgava mesmo necessário defender expressamente as concessões que faziam parte do ativo do banco, “concessões que hoje seriam dificilmente obtidas” e cujo eventual abandono “jamais teria justificação plausível” (in R-1895).

13. Como se sabe, a porção norte de Mato Grosso, pertencente à Amazônia, possuía extensos seringais.

14. Para não alongar demasiadamente o presente texto, deixo de referir-me às diferentes versões apresentadas pela historiografia acerca do processo pelo qual “os Murtinho” se tornam proprietários da concessão de Laranjeira (v., a esse respeito, Arruda, 1997). Registro, de todo modo, que esse empresário continuou vinculado

ao negócio como integrante da administração tanto da CML como do BRMT.

15. Nomeado, em dezembro de 1891, “superintendente industrial” do banco em Mato Grosso (R-1893).

16. Joaquim Murtinho descreve, a tal respeito, uma situação que parece verdadeiramente surreal: era necessário que todo o material importado para as obras fosse “primeiro a Corumbá sujeitar-se às devidas formalidades fiscais, tendo depois de voltar a Porto Murtinho”, com enorme acréscimo de tempo e despesas (R-1895).

17. Essa guarda, contudo, não durou senão alguns meses, tendo sido desativada após um ataque armado comandado por grupos interessados no comércio com Concepción.

18. A esse respeito penso ser válida, embora referida a um contexto algo diverso, a seguinte observação de Hobsbawm: “mesmo o homem de negócios mais limitado à procura do lucro em, digamos, minas sul-africanas de ouro e diamantes jamais pode ser tratado exclusivamente como uma máquina de ganhar dinheiro. Ele não ficava imune aos apelos políticos,

emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à expansão imperial” (Hobsbawm, 1988: 94-95).

19. As mensagens presidenciais aqui referidas podem ser consultadas em www.crl.edu/content/brazil/mato.htm.

20. Para se avaliar o peso político desses colaboradores, basta lembrar que ambos chegaram à presidência do estado: Antonio ainda na década de 1890 e Pedro Celestino em duas oportunidades, nas décadas iniciais do século XX.

21. Abusando, talvez, da imaginação, arrisco-me mesmo a sugerir que os demais personagens importantes desse processo foram levados a assumir certas posições contra a sua própria vontade. Em outras palavras, a espiral de violência desencadeada em 1899 por Manuel Murtinho, ao estrangular o espaço de atuação política, arrastou para campos opostos, pela força das respectivas lealdades, personagens que nenhum outro motivo teriam para desentender-se – como, de um lado, os Corrêa da Costa e, de outro, o próprio Joaquim Murtinho.

Referências bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história – 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, S. Paulo, n. 61, 1984, p. 5-81.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Larangeira*. Londrina: UEL, 1997.

BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870 a 1930*. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

CARVALHO, Ney. *O Encilhamento: anatomia de uma bolha brasileira*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Bolsas, 2004.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925.

———. A República em Matto Grosso. *Revista do Instituto Histórico de Matto Grosso*, Cuiabá, ano 15, t. 29-30, 1933, p. 3-81.

———. *Joaquim Murtinho*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.

CORRÊA, Lúcia S. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso, 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir B. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995.

FARIA, Fernando A. *Os vícios da Re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

FRANK, Zephyr. *The Brazilian far west: frontier development in Mato Grosso, 1870-1937*. Tese (Doutorado em História) – University of Illinois at Urbana-Champaign, Estados Unidos, 1999.

HERSCHMANN, Micael & PEREIRA, Carlos A. Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: ——— (orgs.). *A invenção do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 9-42.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil moderno*. 3. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ITO, Claudemira A. *Corumbá: o espaço da cidade através do tempo*. Campo Grande: UFMS, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

———. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LUZ, Nícia Vilela. Joaquim Murtinho e o darwinismo econômico. In: *Ideias econômicas de Joaquim Murtinho*. Brasília: Senado Federal, 1980.

MARICHAL, Carlos. Historiografia de la banca latinoamericana: su despegue, 1970-1993”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e MARRANHÃO, Ricardo (orgs.). *História de empresas e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. *Estudos Históricos*, Marília, n. 10, 1971, p. 33-41.

MENEZES, Alfredo M. *A morte de Totó Paes: política no interior do Brasil*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande: UFMS, 1997.

SAES, Flávio A. M. de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista: 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

———. A moeda, o crédito e o financiamento da produção. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 15, n. 41, p. 77-90. 2001

SEVCENKO, Nicolau. 1985. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1889-1930. In: FAUSTO, B. (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, t. 3, vol. 1, 1985, p. 345-390.

SOUZA, João C. de. *Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

Documentos do Banco Rio e Mato Grosso:

Ata da assembleia de constituição [29.1.1891]. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1891, p. 1187-1190.

Ata da assembleia extraordinária de 14.1.1892 – Arquivo Nacional, Fundo Junta Comercial do RJ, livro 65, registro 1701.

Ata da assembleia geral ordinária em 29.5.1894. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 27 jun. 1894, p. 6.

Ata da assembleia geral ordinária em 31.5.1902. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1902, p. 5.

Ata da assembleia geral extraordinária em 10.7.1902. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1902, p. 3157-3158.

Lista de subscritores das ações [jan. 1891] – Arq. Nacional, Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, livro 54, registro 1333.

Relatórios anuais apresentados às assembleias ordinárias dos acionistas, publicados no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro nas seguintes edições: 22.5.1892 (p. 8); 21.5.1893 (p. 6); 27.5.1894 (p. 5); 26.5.1895 (p. 4); 26.5.1896 (p. 8); 2.5.1897 (p. 6); 28.5.1898 (p. 4-5); 29.5.1899 (p. 4); 29.5.1900 (p. 5); 29.5.1901 (p. 6); 31.5.1902 (p. 4).

Relatório dos liquidantes [à] assembleia geral de 26 de fevereiro de 1903. *Diário Oficial da União*, RJ, 26 fev. 1903, p. 1112.

Documento da Companhia Mate Laranjeira:

Escritura de constituição da sociedade anônima “Companhia Matte Laranjeira” [5.9.1891] – Arquivo Nacional, Fundo Junta Comercial do Rio de Janeiro, livro 62, registro 1565.

Resumo

O Banco Rio e Mato Grosso, fundado no Rio de Janeiro em 1891 e liquidado em 1902, foi a primeira instituição bancária a operar em Mato Grosso. Tendo como fontes documentos do próprio banco, este trabalho busca traçar sua trajetória e discutir suas vinculações com a economia e a política mato-grossenses. Conclui-se que a ação do banco nesse estado correspondeu a um amplo plano e contribuiu para o processo de modernização e de crescimento econômico – embora tal crescimento, limitado às atividades primário-exportadoras, tenha sido caracteristicamente excludente. Sugere-se também que as atividades econômicas, em Mato Grosso, podiam ser afetadas pelas disputas políticas internas.

Palavras-chave: História bancária; modernização; crescimento econômico; conflitos políticos; erva-mate.

Abstract

The Rio and Mato Grosso Bank, founded in Rio de Janeiro in 1891 and closed in 1902, was the first bank to operate in Mato Grosso. Based upon documents of the bank itself, this paper aims at tracing its trajectory and discussing its connections with economics and politics of Mato Grosso. It follows that the bank's action in this state corresponded to a broad plan and contributed to the process of modernization and economic growth – although this growth, being limited to primary-export activities, has been characteristically exclusive. It is also suggested how economic activities, in Mato Grosso, could be affected by political infighting.

Key words: Banking history, modernization, economic growth, political conflicts, Paraguayan tea.

Résumé

La Banque Rio et Mato Grosso, fondée à Rio de Janeiro en 1891 et fermée en 1902, a été la première banque opérant dans l'état de Mato Grosso. Cet article, ayant comme source les documents mêmes de la banque, essaye de retracer la trajectoire de l'institution et de discuter ses liens avec l'économie et la politique du Mato Grosso. C'était possible de conclure que l'action de la banque dans cet état a correspondu à un large plan et a contribué au processus de modernisation et de croissance économique – encore que cette croissance, limitée à des activités primaires d'exportation, a eu une caractéristique exclusive. Il est suggéré aussi comment les activités économiques, au Mato Grosso, pourraient être affectés par des disputes politiques internes.

Mots-clés: Histoire bancaire, modernisation, croissance économique, conflits politiques, maté.